

## **A LIGA: RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES RURAIS (1962-64)**

Max Fellipe Cezario Porphirio<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho analisa a atuação das Ligas Camponesas no campo brasileiro, discutindo a função do semanário *A Liga*, publicado entre 1962 e 64, na organização dos trabalhadores rurais, perpassando as estratégias argumentativas utilizadas para a caracterização das concepções de luta do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da atuação da Igreja no campo brasileiro; o papel do camponês na construção discursiva do periódico; a caracterização do campo brasileiro, do imperialismo norte-americano e dos países apresentados como modelos no trato da questão agrária. Procuramos fazer uma análise bidimensional do discurso desse periódico, discutindo tanto sua estratégia textual como a conjuntura político-econômica na qual se inseria.

**Palavras-chave:** Imprensa; Movimentos sociais rurais; Questão Agrária.

## **A LIGA: RESISTANCE AND POLITICAL ORGANIZATION OF RURAL WORKERS (1962-64)**

**Abstract:** This paper analyzes the performance of the peasant leagues in the Brazilian countryside, discussing the role of the weekly *A Liga*, published between 1962 and 64, in the organization of rural workers, crossing the argumentative strategies used to characterize the conceptions of Brazilian Communist Party (PCB) struggle and action of the Church in the Brazilian countryside; the role of the peasant in the discursive construction of the periodical; the characterization of the Brazilian countryside, of US imperialism and of the countries presented as models in dealing with the agrarian question. We try to make a two-dimensional analysis of this period's discourse, discussing both its textual strategy and the political-economic conjuncture in which it was inserted.

**Keywords:** Press; Rural Social Movements; Agrarian Question.

---

\* Este trabalho é fruto da dissertação “*Terra Livre, Liga e O Nordeste: o papel dos periódicos na organização política dos trabalhadores rurais, 1961-64*”, onde analisamos como a Igreja Católica, o Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas, forças que disputaram a representação e organização de parte da população rural entre 1961 e 1964, utilizaram o *O Nordeste*, o *Terra Livre* e o *Liga* – periódicos ligados às respectivas organizações – para organizar os trabalhadores rurais em torno das suas pautas políticas.

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: max\_fcp@hotmail.com.

### **As Ligas Camponesas e o campo brasileiro (1954-64)**

É lugar comum na historiografia considerar a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), organizada no engenho da Galiléia (Vitória de Santo Antão – PE) em 1954 e legalmente reconhecida em 1955, gênese do movimento que viria a ser conhecido como Ligas Camponesas e propagar-se-ia para diversos estados do Brasil, como Acre, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Tendo como diretrizes a “reforma agrária na lei ou na marra” e a implantação do socialismo, as Ligas mantiveram contato com diferentes organizações políticas: a nível nacional, com o PCB, PC do B e a POLOP – Política Operária (AZEVEDO, 1982), e a nível internacional com a Associação Nacional de Agricultores de Cuba (SALES, 2005), a Federação Sindical Mundial (SALES, 2005), um grupo de estudantes da Checoslováquia e sindicatos trabalhistas da Europa Ocidental (PAGE, 1972). Essa atuação mobilizou ações repressivas por parte de diferentes setores nacionais e internacionais, culminando na desarticulação do movimento após a deflagração do golpe civil-militar em 1964, que perseguiu e prendeu diversos militantes. Apesar do curto período de vida, quando comparado aos vinte anos de atuação sistemática do PCB no campo brasileiro, o movimento ocupou o imaginário daqueles que escreveram sobre as lutas pela terra no Brasil das décadas de 1950 e 1960 (WELCH, 2006)<sup>2</sup>. Dessa forma, é imperioso apresentar a trajetória das Ligas por meio de um pequeno balanço historiográfico, identificando consonâncias e distanciamentos entre as obras que analisaram o movimento a partir das proposições e ações do núcleo dirigente<sup>3</sup>.

O consenso encontrado no que se refere à classificação da SAPPP como embrião das Ligas Camponesas não é transmitido à análise das suas características iniciais, ponto de maior discordância entre aqueles que escreveram sobre o movimento. Discute-se a filiação da associação ao PCB e os seus objetivos iniciais. A atuação de membros do PCB na articulação da SAPPP foi destacada por Medeiros (1989), Martins (1981), Motta e Esteves (2009), Moraes (1969), Azevêdo (1982), Rangel (2000) e Bastos (1984). Apesar da

---

<sup>2</sup>Atualmente, dois movimentos sociais, com diretrizes distintas, reivindicam filiação às Ligas Camponesas: o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – João Pedro Stédile, então líder do movimento, defendeu esta filiação no prefácio da obra *A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – e a Liga dos Camponeses Pobres*, composta por membros dissidentes do MST.

<sup>3</sup>Os autores aqui utilizados: Julião (1962), Andrade (1963), Moraes (1969), Azevêdo (1982), Bastos (1984), Martins (1981; 1994), Medeiros (1989), Rangel (2000) e Motta e Esteves (2009).

semelhança nesse aspecto, esses autores divergiram quanto ao papel político e/ou beneficente da sociedade. Moraes, Martins e Azevêdo interpretaram a associação como exclusivamente política, preocupada, principalmente, em lutar contra a expulsão dos foreiros das terras do engenho<sup>4</sup>. Já Bastos, Medeiros e Motta e Esteves adotaram a ideia de que o movimento começou beneficente – preocupado em fundar uma escola, comprar um engenho, adquirir implementos agrícolas, reivindicar assistência técnica governamental e criar um fundo para a assistência funerária, médica e jurídica – e se transformou em político, lutando com o objetivo de proteger os galileus<sup>5</sup> do foro cobrado pelo proprietário do engenho.

Andrade (1963), Martins (1994) e Julião (1962) são autores que tentaram dissociar a SAPPP do PCB. Martins, mobilizado pelo interesse de deslegitimar o protagonismo do PCB e das Ligas Camponesas na organização política dos trabalhadores rurais, não identifica qualquer característica política na SAPPP, defendendo que essa “cooperativa” (MARTINS, 1994: 60) foi criada, única e exclusivamente, para amenizar os custos de sepultamento dos arrendatários mortos. Andrade, por sua vez, se aproxima daqueles que identificaram a transformação do caráter beneficente da SAPPP em político. Para entender a dissociação empreendida por Julião, é preciso ressaltar dois aspectos. Primeiro, o nome “Ligas Camponesas” foi imputado pela imprensa e pelos latifundiários à SAPPP, como tentativa de associá-la àquelas criadas pelos comunistas em 1945<sup>6</sup>, e assim legitimar a utilização da Lei de Segurança Nacional para reprimir a expansão do movimento (NOVAES, 1997; RANGEL, 2000). O segundo aspecto está associado à divergência entre as Ligas Camponesas e o PCB, que, como veremos, torna-se pública a partir de novembro de 1961. Dessa forma, acreditamos que Julião negligenciou a participação de militantes

---

<sup>4</sup>Com a revitalização do mercado do açúcar, os proprietários expulsaram os camponeses das terras do engenho, para, no lugar das suas culturas, plantarem cana-de-açúcar.

<sup>5</sup>Maneira como a historiografia se refere aos moradores do engenho da galiléia.

<sup>6</sup>As *Ligas Camponesas Comunistas* foram criadas para organizar as categorias rurais não assalariadas e assalariadas de todo o Brasil. Em abril de 1947, o PCB teve seu registro cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em consequência, a atuação das Ligas foi interrompida. Como destacou Santos (2005), poucos estudos abordaram-nas como objeto principal da pesquisa. O que encontramos são análises preocupadas em discutir a filiação das Ligas Camponesas (1954-64) às Ligas Comunistas, como as realizadas por Moraes (1969), Bastos (1984) e Azevêdo (1982).

pecebistas na organização da SAPP, interessado em contornar a referida repressão legal e silenciar a atuação do principal adversário na organização política dos trabalhadores rurais<sup>7</sup>.

Apesar dessas discordâncias, todos esses autores caracterizaram o advogado Francisco Julião como aquele que atuou em prol dos foreiros na justiça e na assembleia legislativa de Pernambuco, ao criar uma comissão para investigar possíveis ameaças aos galileus. O sucesso da sua atuação contribuiu para que, em 1955, o movimento se expandisse regionalmente, estendendo a sua “proteção” aos trabalhadores dos engenhos próximos, que também sofriam com o aumento do foro e a negação de concessão de terras do engenho para plantio e habitação<sup>8</sup> (MEDEIROS, 1989; BASTOS, 1984; RANGEL, 2000; AZEVÊDO, 1982). Apesar de fundamentais, o sucesso das ações de Julião e a conjuntura econômica nordestina não foram os únicos fatores que contribuíram para a expansão regional do movimento. Morais, preocupado em enfatizar a influência pecebista na formação das Ligas Camponesas, destacou que José dos Prazeres, antigo militante do PCB<sup>9</sup>, buscou organizar o movimento a partir de uma estrutura estadual capaz de: a) oferecer homogeneidade, visto que um mesmo estatuto abrangeria todas as delegacias<sup>10</sup>; b) liquidar o burocratismo, pois suas delegacias surgiriam automaticamente legalizadas; c) diminuir a possibilidade de rápida repressão, comum a movimentos exclusivamente locais, como havia sido as Ligas Comunistas. Para atingir esses objetivos, criou-se um órgão que teve importante influência na expansão regional do movimento, o Conselho Regional das Ligas Camponesas. Este era um núcleo de apoio urbano, formado por personalidades políticas, que tinha a função de fornecer assistência política ao movimento e, por meio das tribunas parlamentares e da imprensa, propagar suas palavras de ordem em meio às cidades.

Os autores concordaram em destacar que a expansão regional das Ligas foi catalisada pela ampliação das liberdades democráticas em Pernambuco. A instauração do “Governo da Frente Popular” em Recife (1956) e em Pernambuco (1959) afastou a

---

<sup>7</sup>Tomando como referência a definição empreendida por Medeiros (1995), utilizamos o termo “trabalhadores rurais” com a intenção simplista de englobar “foreiros”, “pequenos proprietários”, “meeiros”, “parceiros”, “vaqueiros”, “posseiros”, “condiceiros” e “assalariados agrícolas”.

<sup>8</sup>A ampliação do mercado interno, durante o governo JK, aumentou a demanda por alimentos e matérias-primas agrícolas, o que atraiu o capital monopolista para a agricultura e, conseqüentemente, alterou as relações socioeconômicas no campo, proporcionando, a partir da expropriação, a transformação dos posseiros em trabalhadores diaristas (SINGER, 1984).

<sup>9</sup>José dos Prazeres e Paulo Travassos eram antigos mobilizadores da Liga Comunista de Iputinga (PE). Eles atuaram na idealização e organização inicial da SAPP, compondo, inclusive, a diretoria da sociedade (AZEVEDO, 1982; MEDEIROS, 1989; MORAIS, 1969; MOTTA e ESTEVES, 2009).

<sup>10</sup>As delegacias eram núcleos distritais e/ou municipais das Ligas Camponesas, que tinham esse nome para diminuir o temor, por parte do camponês, do poder policial, pois sempre que fosse a um desses núcleos, o camponês estaria indo à “delegacia” (JULIÃO, 1962).

oligarquia agrária das instituições municipais e estaduais, favorecendo as ações das organizações populares e a popularização de temas como a fome e a reforma agrária, uma vez que os problemas socioeconômicos do Nordeste não mais eram considerados resultados da fatalidade climática da seca, mas sim da distribuição desigual de renda e de terra, que deveria ser solucionada por meio da reforma agrária. Prova dessa popularização foi a realização de diferentes congressos abordando esses temas, como o Congresso de Salvação do Nordeste (1955) e o Primeiro Congresso de Camponeses, no qual José dos Prazeres, responsável por fundar diferentes núcleos do movimento pela região Nordeste, foi nomeado presidente das Ligas Camponesas (MORAIS, 1969).

Azevêdo, Morais, Rangel e Bastos consideraram a desapropriação do engenho da galiléia, em 1959, fator importante para extensão das bases do movimento. Bastos, Rangel e Morais entenderam que, em um primeiro momento, os camponeses, empolgados com a real possibilidade de realizar a reforma agrária em diversas “galiléias”, incentivaram a criação de muitas outras Ligas Camponesas pelo Nordeste. Porém, como particularmente atentou Azevêdo, no decorrer da desapropriação, as Ligas observaram os limites da luta dentro dos parâmetros constitucionais, uma vez que a Companhia de Revenda e Colonização (CRC), responsável por organizar a desapropriação do engenho, buscou desmobilizar o movimento. A CRC utilizou critérios absurdos e abstratos, que foram acionados para alocar os membros da SAPP em engenhos improdutivos, localizados no sertão e na chapada do Araripe. A título de curiosidade, o engenho só seria dos foreiros quando todos eles pagassem os seus respectivos lotes. Se um deles não quitasse as prestações anuais, o engenho continuaria pertencendo ao Estado. E para ter acesso a um lote, o foreiro não poderia possuir doença ou defeito físico (BASTOS, 1984). A decepção com a desapropriação contribuiu para que o movimento concluísse que grandes mudanças só ocorreriam por meio da reforma agrária radical (AZEVEDO, 1982).

A radicalidade do camponês, em conjunto com a atuação do violeiro, do folhentista e do cantador, os atos públicos, a publicação dos boletins e das cartas enviadas pelo movimento à imprensa também podem ser considerados elementos estimuladores da expansão das Ligas. Os autores que destacaram esses aspectos objetivaram desenvolver uma análise do movimento a partir da atuação dos trabalhadores rurais. O primeiro a desenvolver essa análise foi Julião (1962), que, pelos motivos anteriormente citados,

buscava apresentar as Ligas como um movimento organizado a partir das preocupações camponesas. Bastos, escrevendo em um contexto de reorganização das lutas por parte da população rural e dialogando com a mudança na matriz interpretativa das pesquisas no campo da *História do Trabalho* – que passaram a reconhecer os trabalhadores como sujeitos históricos –, também desenvolveu uma análise voltada ao protagonismo da população rural na organização do movimento. A principal pesquisa preocupada em analisar a construção do movimento a partir da atuação desse grupo social foi desenvolvida por Rangel, referenciada no conceito de “experiência” de Thompson e na análise empreendida por Novaes (1997) – pesquisadora responsável pela elaboração de projetos que versavam sobre as condições de vida dos trabalhadores rurais na Paraíba, em especial as Ligas Camponesas, dos quais Rangel participou.

O ano de 1961 foi considerado marco inicial da expansão nacional do movimento (MEDEIROS, 1989; BASTOS, 1984; AZEVÊDO, 1982; MORAIS, 1969). Entretanto, a construção argumentativa acerca dos elementos mobilizadores desse processo foi distinta. Moraes considerou primordial o V Congresso do Partido Comunista (1960), quando, influenciados pela Revolução Cubana, membros das Ligas pertencentes aos quadros do comitê pernambucano do PCB tentaram sobrepor suas teses de luta no campo às do comitê central. A tentativa não foi bem-sucedida, resultando na expulsão de alguns desses membros do PCB. Após essa derrota, o Conselho Regional das Ligas planejou a expansão do movimento para outras regiões do país vislumbrando a conquista da força necessária para confrontar as teses e organizações ligadas ao PCB. Para Azevêdo, que compartilhou da interpretação proposta por Moraes, a expansão nacional das Ligas ocorreu após o V Congresso, porém, o autor negligencia qualquer influência cubana na construção teórica das Ligas – para ele, a adoção da reforma agrária radical foi uma construção endógena, resultado da experiência com a desapropriação do engenho da galiléia. Bastos, por sua vez, defendeu que o elemento primordial para a expansão nacional foi a divergência com o PCB no Congresso de Belo Horizonte (1961), onde, influenciados pela reforma agrária cubana, membros das Ligas propuseram novas estratégias para a implantação da reforma agrária brasileira. Apesar de distintas, as interpretações perpassam elementos similares: o conflito com o PCB e a propagação de um novo modelo de reforma agrária. Sendo assim,

tentaremos expor os principais elementos desse conflito e a construção do conceito de reforma agrária radical.

Em 1960, Francisco Julião e Clodomir de Moraes, líderes das Ligas Camponesas, viajaram a Cuba. O contato com a revolução cubana contribuiu para que o projeto de reforma agrária radical ganhasse contornos mais sólidos e o movimento passasse a defender que, ao exemplo de Cuba, o Brasil não precisaria passar pelo capitalismo para alcançar o socialismo. A adoção da revolução cubana como exemplo deve-se a dois elementos: 1) Julião destacara o fato de a revolução cubana ter sido agrária e o Brasil ter um movimento camponês bem estruturado. Ou seja, para Julião, as condições que levaram Cuba à revolução estariam presentes no Brasil (SALES, 2005); 2) Moraes, por sua vez, atentou para o fato da revolução cubana ter sido a única a conseguir uma distribuição social da terra (SALES, 2005)<sup>11</sup>. Ao adotarem a revolução cubana como referencial, as Ligas foram pela contramão da visão etapista do PCB. Como vimos, o primeiro espaço de disputa foi o V Congresso Comunista, porém, a divergência entre o PCB e as Ligas só atingiu o seu ápice no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (1961), quando a natureza da reforma agrária foi intensamente debatida entre o PCB e as Ligas Camponesas. Enquanto o PCB defendia a regulamentação da parceria e do arrendamento, as Ligas, considerando precárias essas formas de acesso à terra, defendiam a implementação, *na lei ou na marra*, de uma reforma agrária capaz de extinguir o monopólio da terra e estatizar a propriedade rural.

Após os processos de expansão, o movimento mergulhou em uma crise interna motivada por diferentes fatores (MORAIS, 1969; AZEVÊDO, 1982; BASTOS, 1984; MEDEIROS, 1989). A partir de 1962, as Ligas perderam a representação dos trabalhadores rurais para a Igreja e o PCB, que conseguiram a maioria das cartas de representação sindical cedidas pelo Estado<sup>12</sup>. Para contornar tal situação, o movimento enviou os seus

---

<sup>11</sup>A 1ª lei de Reforma Agrária cubana (1959) proibiu o latifúndio, dividiu o país em Zonas de Desenvolvimento Agrário e criou o Instituto Nacional da Reforma Agrária, responsável por expropriar propriedades, transferir títulos de terras e iniciar o processo de redistribuição de renda e terras no país (PERICÁS, 2004).

<sup>12</sup>Em 1962, a promulgação das portarias nº 209-A/25 e 355-A, que regulamentavam o sindicalismo rural no Brasil, proporcionou “uma verdadeira corrida pela formação de sindicatos de trabalhadores rurais no país” (RICCI, 1999: 51). Nessa corrida, a Igreja Católica foi favorecida pela relação tecida com o ministro do trabalho André Franco Montoro (setembro de 1961 – julho de 1962), filiado ao Partido Democrata Cristão. Montoro foi responsável pelo reconhecimento de cerca de 70 sindicatos católicos, em sua maioria associados aos círculos operários católicos (RICCI, 1999). Em 1963, essa situação mudou, o número de sindicatos pecebistas reconhecidos aumentou significativamente, resultado da

melhores militantes para criarem núcleos em outras regiões, o que contribuiu para o enfraquecimento do movimento nas regiões originais, como Pernambuco (AZEVEDO, 1982). Outro fator que contribuiu para a deflagração de problemas internos foi a insatisfação de membros do movimento com o fato de Julião, apesar de criticar abertamente o processo eleitoral, mobilizar significativos recursos financeiros em sua campanha para o legislativo, em 1962. Com relação ao desempenho de Julião nesse pleito, tanto Azevêdo como Bastos destacaram que o pequeno número de votos recebidos por Julião representou a perda da força das Ligas. Apesar de ser uma hipótese bem estruturada, acreditamos que o número de votos recebidos por Julião estava mais associado à defesa da reforma agrária radical e às suas ações do que ao enfraquecimento das Ligas. Três aspectos, sinalizados por Page (1972), nos fizeram pensar isso: a) Assis Lemos, líder da Liga de Sapé e partidário das ideias defendidas pelo PCB, foi, na mesma ocasião, o deputado estadual mais votado da Paraíba; b) grande parte da esquerda rechaçou a tese radical de Julião e, por isso, se opôs à sua candidatura; c) alguns setores do movimento se mostraram insatisfeitos com o fato de Julião, que criticava a mudança pela via eleitoral, ter se candidatado ao cargo de deputado federal.

Tudo indica que a criação dos núcleos guerrilheiros também contribuiu para a transformação das Ligas em um movimento bicéfalo: um grupo a favor da luta armada, liderado por Clodomir de Moraes, e outro a favor da luta política, liderado por Julião (MEDEIROS, 1989). Dessa interpretação surgiu a seguinte questão historiográfica: Julião apoiava ou não a luta armada? Diversos autores destacaram o apoio, mas outros mostraram o contrário. Consideramos válidos os argumentos dos últimos e sabemos que Alexina Crespo – esposa de Francisco Julião –, em entrevista à Wandec Santiago (2012), concordou com essa interpretação e que o próprio Julião disse que havia sido contrário ao movimento armado. Porém, seríamos ingênuos, como apontou Sales (2005), se aceitássemos a tese de unilateralidade por parte de Clodomir de Moraes, pois é difícil aceitar que Moraes mobilizaria recursos políticos e financeiros para a criação de focos guerrilheiros sem a conivência de Julião; que a preocupação da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco e do DOPS do RJ com o deputado pernambucano era equivocada; e

---

nomeação de Almino Afonso, aliado do PCB, para o cargo de ministro do trabalho. Como Ricci (1999) destacou, na própria Comissão Nacional de Sindicalização, criada pelo governo federal em 1963, o PCB teve influência.



que Julião seria contrário à implantação de uma estratégia revolucionária parecida com a cubana.

Em 1963, na tentativa de restabelecer as forças do movimento, Francisco Julião e Padre Alípio – sacerdote português, filiado às Ligas em 1962 – propuseram mudanças na estrutura do movimento (MORAIS, 1969; AZEVÊDO, 1982; BASTOS, 1984). Julião sugeriu a criação do *Movimento Unificado da Revolução Brasileira* (MURB), que tinha como proposta a união das forças “revolucionárias” – camponeses pobres e operariado urbano e rural – com as forças “progressistas” – pequenos produtores e comerciantes, camponeses médios, estudantes e intelectuais pobres, pastores e padres realmente cristãos, comerciários, pequenos funcionários públicos, soldados, marinheiros, cabos e oficiais patriotas –, a fim de implantar as reformas agrária, urbana, industrial, bancária e educacional. O Conselho Nacional das Ligas aceitou como plataforma de luta as referidas reformas, tidas como “radicais”, porém não viu com bons olhos a formação de um movimento unificado. Aproveitando-se do insucesso de Julião, Padre Alípio sugeriu a criação de duas agremiações, a Organização Política (OP) e a Organização das Massas (OM). A OP seria regida por um estatuto único e ofereceria unidade e disciplina às Ligas Camponesas. Para entrar na OP seria necessário um convite, concedido àqueles que possuísem como características: o “amor à causa camponesa, à Nação e ao povo”; as “condições morais apropriadas para um militante”; “nível político e ideológico do proletariado”; a aceitação da disciplina da organização, entendendo-a como democrática e verticalizada (A LIGA, 11/3/1964: 7). A OM, por sua vez, seria aberta a todos que concordassem com as proposições radicais de Julião e “regida por vários estatutos adequados ao caráter de cada uma das Ligas e adaptados às peculiaridades locais e às circunstâncias de seu funcionamento” (A LIGA, 11/3/1964: 7). Por outro lado, a popularidade das Ligas Camponesas incentivou a replicação do nome, surgindo, assim, as Ligas Femininas, as Ligas Urbanas, as Ligas de Pescadores, as Ligas dos Desempregados, as Ligas dos Sargentos, todas sob a “orientação política radical do Deputado Socialista Francisco Julião” (A LIGA, 11/3/1964: 7). A proposta de Padre Alípio encontrou apoio entre os que objetivam transformar as Ligas em uma organização política opositora ao PCB. Dessa forma, na Conferência de Recife (1963), o movimento transformou-se em um partido agrário-revolucionário de caráter leninista, com uma estrutura única e centralizada,

intitulada “Ligas Camponesas do Brasil” (MORAIS, 1969; AZEVÊDO, 1982; BASTOS, 1984).

### **A Liga e as disputas políticas**

As Ligas utilizaram diferentes recursos para propagar suas ideias entre os trabalhadores rurais e mobilizar a opinião pública, como os cantadores, os folhentistas, os violeiros, a organização e participação em programas de alfabetização e a imprensa. Em 1962, após experiência com o periódico *Semanário* – durante alguns anos, utilizado como instrumento de veiculação das posições do movimento (GRYNSZPAN, 1987) – e vislumbrando a consolidação da sua expansão nacional, o movimento criou o seu próprio jornal: *A Liga* – ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil<sup>13</sup>. Esse era um periódico semanal de seis páginas<sup>14</sup>, que circulou entre 9 de outubro de 1962 e 31 de março de 1964<sup>15</sup>, com sede administrativa no Rio de Janeiro e sucursais em Recife (capital do estado onde as Ligas eram mais atuantes) e João Pessoa (capital do estado onde existia a segunda maior Liga do Brasil, a Liga de Sapé)<sup>16</sup>. Ele era vendido no Rio de Janeiro a 10 cruzeiros e nos demais estados a 20, os que desejassem adquirir a assinatura anual, deveriam pagar 700 cruzeiros. Os leitores e os membros do movimento eram os responsáveis por distribuir o periódico, arrecadar assinaturas – prometendo àqueles que conseguissem 5 assinaturas, uma gratuita – e, ao que tudo indica, praticar a leitura coletiva do mesmo<sup>17</sup>. O periódico, buscando construir laços identitários e a falaciosa ideia de participação direta do leitor na construção dos conteúdos, abria a possibilidade de leitores tornarem-se correspondentes de notícias. Para tanto, bastava enviar, durante quatro semanas seguidas, notícias sobre os problemas camponeses, ou assuntos nacionalistas, da sua região, para que sua capacidade de colher

---

<sup>13</sup>A partir de 1º de maio de 1963 o periódico passou a ter esse subtítulo, que “reforça a identidade nacionalista, socialista e revolucionária reivindicada pelo periódico” (SOUZA, 2012: 95). Cabe ainda destacar que o periódico ora denomina-se *Liga*, como na capa, ora *A Liga*, como no expediente. No decorrer deste artigo, adotaremos as duas nomenclaturas.

<sup>14</sup>A partir da edição de 11/9/1963, o periódico passou a ter oito páginas.

<sup>15</sup>O número a que tivemos acesso foram cedidos pelo Centro de Documentação e Memória da Unesp, porém essa coleção se encerra na data 4/12/1963. Para consultar as notícias dos demais números, utilizamos o livro *Ligas Camponesas: outubro 1962 – abril de 1964*, em que constam algumas notícias selecionadas por Francisco Julião. Cabe aqui destacar que as notícias consultadas nesse livro são referenciadas apenas com data e página, omitindo assim o número da edição.

<sup>16</sup>Apesar de não constar em seu expediente, outras sucursais foram sinalizadas em isolados artigos: Curitiba (A LIGA, nº21: 3), Brasília (A LIGA, nº22: 3), Bahia (A LIGA, nº27: 3), Aracaju (A LIGA, nº56: 5), São Paulo (A LIGA, nº30: 5), Niterói (A LIGA, nº35: 2), Porto Alegre (A LIGA, nº48: 5) e Natal (A LIGA, nº56: 5).

<sup>17</sup>Fazemos essa afirmação baseados na informação de que Elizabeth Teixeira (líder da Liga Camponesa de Sapé – PB) tinha o hábito de ler o *Terra Livre* para os membros da sua liga (MEDEIROS, 1995b).

informações e sua redação fossem avaliadas. Uma vez aprovado no teste, o leitor receberia uma carteira de correspondente e de distribuidor do periódico (A LIGA, nº29: 2). O *Liga* utilizava linguagem simples, fotos, desenhos – fundamentados nos traçados da literatura de cordel, que teve papel decisivo na comunicação com a população rural – e mapas. Tendo como referência o “Almanaque do Terra Livre”, possuía o “Almanaque do Camponês”, onde, utilizando o lúdico como ferramenta para apresentar os marcos organizativos dos países socialistas, publicava orientações agropecuárias, horóscopo, festas religiosas, santos do dia, feriados nacionais e internacionais e frases acerca da luta de classes e do caráter nobre da pobreza. Por exemplo, utilizava os espaços “Frases Célebres” e “Provérbios do Campo”, o qual, a partir do segundo número do periódico, transforma-se em “Provérbios camponeses”, para publicar frases do tipo: “Quem não defende o vizinho um dia morre sozinho” (A LIGA, nº1: 5); “O bom companheiro é aquele que cuida do outro primeiro” (A LIGA, nº1: 5); “É mais fácil um camelo passar no fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino do Céu” (A LIGA, nº1: 5); “Quem bota o pobre pra trás é chapéu de palha e patrão” (A LIGA, nº6: 3).

Antes de continuar a apresentação das principais características do *Liga*, cabe destacar traços gerais da metodologia praticada. Sabendo da diversidade composicional do movimento, e evitando associar a construção do periódico à integralidade das ligas, analisamos o periódico focalizando sua relação com o Conselho Nacional das Ligas Camponesas. Nossos exames são aplicações das reflexões desenvolvidas por Jeanneney (2003), Luca (2010), Cruz e Peixoto (2007), que, a partir de diferentes caminhos, sinalizaram para interpretação dos periódicos como prática social, ao relacionar sua estrutura textual com a conjuntura político-econômica na qual se inserem. Dessa forma, tais referências estão presentes quando discutimos o viés para a cobertura dos problemas rurais, o vocabulário utilizado para classificar a população rural e a relação entre a criação/durabilidade de colunas, a disposição dos conteúdos dentro do periódico – quais informações são trazidas em primeiro plano, relegadas ao segundo plano, ou, ainda, “silenciadas” – e as disputas e teses do Conselho Nacional.

A *Liga* surgiu quando o Conselho Nacional das Ligas estava composto por pessoas dissociadas do campesinato, em sua maioria médicos, advogados e estudantes (MORAIS, 1969). Ao que parece, os primeiros números refletiram essa constituição do núcleo dirigente. O

periódico apresentava maior interesse em atingir a opinião pública e os setores urbanos de apoio ao movimento, como o operariado urbano e os estudantes, do que em alcançar os camponeses – das seis páginas do periódico, somente a quinta página era dedicada à análise da questão agrária nacional. Outra característica dos primeiros números desse periódico era o protagonismo de Francisco Julião, representado na coluna “Os camponeses escrevem a Julião”, que não criava um espaço de comunicação direta entre o leitor e o periódico, mas sim, única e exclusivamente, com o diretor; e na propaganda política de suas ações, classificado como o primeiro representante das “massas camponesas e operárias” a assumir uma cadeira no Congresso Nacional. Entretanto, da mesma forma que destacava a marcha das classes populares para eleger seu “primeiro representante”, o semanário considerava trabalho de Sísifo qualquer esforço por parte do trabalhador para mudar o parlamento e, por isso, indicava a luta insurrecional como a única forma de provocar mudanças – ambiguidade que reflete muito bem a atitude paradoxal de Julião em relação às eleições de 1962. Com o passar das edições, essa contradição extinguiu-se, propagando-se somente a crítica da situação política<sup>18</sup>, como ficou evidente ao noticiar os resultados das eleições de 1962. Congratulando a vitória de Julião somente no final da última página da edição de 27 de novembro de 1962 e negligenciando as eleições de José Porfírio, principal integrante da luta de Trombas e Formoso, à Assembleia Legislativa de Goiás e de Assis Lemos à Assembleia da Paraíba, o semanário considerou que o pleito de 1962 em nada mudara a composição do poder legislativo.

A indignação com a estrutura política nacional ganhou contornos mais claros na campanha de boicote ao plebiscito de 1963, para a escolha entre o parlamentarismo e presidencialismo. Defendendo que o mesmo não passava de “briga de gabinete”, pois em nada contribuiria para a mudança das condições socioeconômicas da população, o *Liga* publicou pequenas frases indicando a luta insurrecional como a única via de mudança da situação nacional. Por exemplo: “No presidencialismo, 70% das terras estavam nas mãos de 2% de latifundiários. No parlamentarismo, nada mudou. Logo, não há diferença. A opção é outra. O voto pela Reforma Agrária é não votar no plebiscito” (A LIGA, nº8: 3); “No presidencialismo o povo passava fome. No parlamentarismo o povo passa fome. Logo não há diferença. A opção é: CAPITALISMO x REVOLUÇÃO SOCIAL. Não votando no plebiscito, você estará defendendo a REVOLUÇÃO

<sup>18</sup>Somente na edição de 14 de agosto de 1963 essa contradição voltou aparecer. O periódico fez propaganda de Pelópidas, que estava se candidatando às eleições municipais, com manchetes do tipo: “Para prefeito, vote em Pelópidas, o candidato das Ligas Camponesas” (p.1); “Vote nos candidatos das Ligas Camponesas” (p.6). Sua vitória foi comemorada apenas com uma nota (A LIGA, nº46: 3).

SOCIAL” (A LIGA, nº8: 4); “No presidencialismo os salários do operário nunca deram para nada. No parlamentarismo acontece o mesmo. Logo, não há diferença. Pela encampação das empresas estrangeiras e por soluções operárias não vote no plebiscito” (A LIGA, nº8: 2). Para legitimar a abstenção, o periódico ancorava-se em uma instrumentalização da Lei Complementar nº 2 que no seu “artigo 2º, parágrafo 3º, não estabeleceu a obrigatoriedade de manifestação na consulta plebiscitária que vai ser feita. Apenas declarou que os eleitores inscritos até 7 de outubro de 1962 terão direito de votar” (A LIGA, nº11: 5). Além disso, orientava como deveriam incorrer aqueles que por ventura fossem punidos pela abstenção: “basta fazer uma petição, citando o art. 2º, parágrafo 3º da Lei Complementar nº 2 Ato Adicional, dando as razões por que não deseja votar, e pedindo um ‘habeas corpus preventivo’ contra as penalidades que porventura venham a ser impostas pelo Poder Judiciário”. Após a divulgação do resultado do plebiscito, Francisco Julião publicou o artigo “Plebiscito e Emboscada”. Como não poderia ser diferente, Julião utilizou o espaço para mostrar a fragilidade do sistema político nacional e a força da campanha iniciada pelo periódico. Para isso, apresentou que a abstenção ao plebiscito foi de 60%, porém, mais uma vez as classes dominantes se articularam e “as urnas apareceram, por um passe de mágica, cheias de cédulas. Aladim funcionando” (A LIGA, nº16: 1).

Em outubro de 1962, camponeses do núcleo guerrilheiro da Serra de Petrópolis, indignados com os resultados da eleição de 1962 – apesar dos significativos gastos, Julião não conseguiu mais do que o último lugar entre os eleitos –, deslocaram-se para o Rio de Janeiro e, à mão armada, assumiram o controle do *Liga*, que estava sendo dirigido por um grupo de intelectuais ligados a Francisco Julião, como Ferreira Gullar e Wanderley Guilherme. Segundo Moraes, depois da invasão, o periódico passou às mãos de Pedro Porfírio (OM), padre Alípio (OM), Aduino Freire da Costa (OP), Mariano José da Silva (OP) e Ozias da Costa Ferreira (OP) (MORAIS, 1969). Ao que tudo indica, essa invasão alterou, significativamente, a estrutura do periódico: 1) o camponês, antes relegado à penúltima página, passou a ser foco do semanário, que assumiu a função de “esclarecer o homem do campo [...] ensinando como deve ser organizada uma Liga Camponesa” (A LIGA, nº5: 3); 2) o movimento das Ligas Camponesas era apresentado como constante e irrefutável. Para legitimar essa argumentação, o periódico publicava pedidos de auxílio à formação de Ligas Camponesas em diferentes estados do país, como Paraná, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Acre, Alagoas, Ceará, Brasília, Maranhão e Minas Gerais; 3) o periódico utilizou a voz do camponês ou pessoas ligadas ao movimento camponês

para legitimar suas interpretações; 4) criou-se a coluna “Documentos”, onde “documentos didáticos sobre a necessidade do camponês se reunir em Ligas para se defender da fúria latifundiária” (A LIGA, nº5: 3) eram publicados; 5) a coluna “Os camponeses escrevem a Julião” foi substituída pela coluna “Conversa com o Leitor”, pois, nas palavras do próprio *Liga*, “no lugar do bilhete, achamos melhor promover o bate-papo entre você e eu” (A LIGA, nº7: 5); 6) anunciou a criação de um “Departamento Jurídico de Assistência Popular”, onde advogados atenderiam, gratuitamente, os camponeses que se deslocassem à sede do semanário (A LIGA, nº10: 3); 7) as colunas “Carta ao operário” e “Carta ao camponês” foram substituídas pelas colunas “Do ponto de vista do operário” e “Do ponto de vista do camponês”, mudanças que demonstram o interesse em substituir uma relação verticalizada por uma horizontalizada, apresentando-se como um periódico feito por trabalhadores e para trabalhadores.

Apesar dessas mudanças, algumas características se mantiveram. Preocupados em fomentar a aliança operário-estudantil-camponesa, palavra de ordem do movimento, o periódico continuou publicando notícias sobre a atuação do movimento operário e estudantil<sup>19</sup>. O movimento operário tinha como espaço, na maioria das edições, a segunda página, onde eram publicadas as colunas “Do Ponto de Vista do Operário” e “Consciência Revolucionária”. Tendo como referência analítica a interpretação do Estado enquanto instrumento de ação da classe dominante, essas colunas abordavam os direitos trabalhistas, a carestia, a relação entre a luta do campo e a da cidade, a constituição dos caminhos para a implantação da revolução e as ações grevistas – grande parte das notícias referentes à articulação dos movimentos operários tinha esse tema. O destaque concedido ao operariado urbano não se estendia ao seu congênere rural, marginalizado: dentro das Ligas Camponesas e, conseqüentemente, do semanário. Dificilmente o *Liga* se dirigia ao assalariado agrícola, e quando o fazia, destacava que o seu instrumento de luta deveria ser única e exclusivamente o sindicato. Dessa constatação uma pergunta surge: por que Julião descartava o proletário rural, mas não o urbano? A resposta é simples. Para Julião, a única forma de luta do assalariado, fosse ele rural ou urbano, era a greve. A partir dessa proposição, ele defendia que o proletário urbano, ao contrário do rural, tinha condições de praticar essa forma de luta, pois estabelecia relações que lhe permitia, por um período de tempo maior que o proletário rural, viver sem salário. Por exemplo,

---

<sup>19</sup>Outras forças sociais, também organizadas sob a égide das Ligas Camponesas do Brasil, tiveram espaço no periódico: os pescadores; as Ligas Urbanas, movimento criado em Pernambuco no dia 8 de outubro de 1962, que organizava suas 93 delegacias sob a presidência de Luiz Serafim e que tinha como lema “Casa Própria com terreno para cada trabalhador” (A LIGA, nº7: 2); os sargentos, que tiveram como local de manifestação a coluna “Sentinela Militar” (A LIGA, nº23: 2).

enquanto os proprietários de comércio de gêneros vendiam fiado ao assalariado urbano, os assalariados rurais não tinham acesso a esse tipo de relação comercial. Ademais, apesar de considerar o campesinato a vanguarda da revolução, em razão do seu número e da sua “radicalidade”, o operariado urbano era quem deveria conduzi-la, de maneira que o campesinato, com o seu “individualismo e personalismo pequeno-burgueses”, não servisse de obstáculo ao “advento da economia socialista”. Em sua opinião, o futuro do povo pertenceria à “classe operária dirigida pelos ensinamentos de Marx” (A LIGA, nº1: 5).

Com relação ao movimento estudantil, a coluna “Presença do Estudante”, criada no período pré-invasão, deixou de existir, ficando as notícias sobre esse movimento dispersas pelo periódico. Essas notícias abordavam os congressos estudantis da UNE e UBES, os abusos dos “tubarões do ensino” – maneira como se referia aos proprietários de escolas, indicando a homogeneidade das classes opressoras, pois também caracterizavam os latifundiários como “tubarões” –, a atuação de estudantes na fundação de novas Ligas e as alterações organizativas de centros acadêmicos com significativa participação política, como o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade Nacional de Direito. Na edição de 6 de março de 1963, o periódico voltou a organizar essas notícias em uma coluna, a “Universidade do Povo”. Posteriormente, essa coluna foi substituída pela “Liga do Estudante”.

Nas suas primeiras edições, o semanário possuía a seção “O outro lado da história”, onde criticava a forma como a grande imprensa abordava a questão econômica e política do país. Após a invasão, o semanário manteve essa estrutura argumentativa, porém alterando o nome da coluna para “Imprensa Anti-popular” e criando a coluna “Imprensa Popular”. A coluna “anti-popular” atacava os jornais da “grande imprensa”, em especial o *Estado de S. Paulo* e *O Globo*, classificados como porta-vozes do imperialismo, por manipularem informações no intuito de legitimar a presença de empresas norte-americanas no Brasil. Já a coluna “Imprensa Popular” era destinada à discussão de artigos publicados nos periódicos contra-hegemônicos, como *O Semanário* e *Novos Rumos*, excluindo de suas análises o *Terra Livre* (1954-64) – instrumento de propagação das diretrizes pecebistas para o campo brasileiro.

### ***A Liga, a Igreja Católica e o PCB***

Apesar de criticar a tática do silêncio empregada pelos jornais da grande imprensa, *A Liga* negligenciou a atuação do PCB na articulação dos trabalhadores rurais e urbanos<sup>20</sup>. A construção da memória também é um processo de esquecimento (HOBSBAWM e RANGER, 1997), e isso ficou latente no artigo “As Lutas sociais no Brasil” (A LIGA, nº1: 4), que sintetizava a história de luta dos operários urbanos. Ao enumerar as greves e organizações criadas pelos trabalhadores brasileiros desde a primeira metade do século XIX até 1962, o semanário optou por negligenciar a criação do PCB e, conseqüentemente, sua atuação no movimento sindical urbano brasileiro. A maneira encontrada para isso é digna de destaque, pois o semanário suprimiu 43 anos de história ao saltar da greve dos empregados da Companhia Cantareira Viação Fluminense (1918) para o momento em que “os trabalhadores brasileiros fizeram sua **primeira** manifestação política nacional” (A LIGA, nº1: 4, grifo meu), paralisando os serviços em todo o país para assegurar a posse de João Goulart. Ainda segundo o artigo, o dia 5 de julho de 1962 também foi marcante para o movimento operário, pois “os trabalhadores fizeram sua **primeira greve política** em obediência, unicamente, à palavra de ordem de um comando sindical geral” (A LIGA, nº1: 4, grifo meu). Além de negligenciar as ações do PCB, o periódico lançava críticas indiretas às teses pecebistas, em especial a formação de aliança com a burguesia (defendida na “Declaração de Março”, em 1958). Diferentes textos foram publicados no sentido de apresentar a burguesia como aliada do imperialismo norte-americano e “irmã gêmea do latifúndio, por sucessão histórica e consangüinidade sócio-econômica” (A LIGA, nº1: 3). O periódico considerava que somente um “marxista de ‘bureau’, divorciado do sentimento das grandes massas do nosso povo” (A LIGA, nº47: 3), seria capaz de indicar qualquer aproximação com a burguesia. A burguesia não necessitava de se aliar aos trabalhadores urbanos e rurais para alcançar o poder, pois já o possuía e utilizava-o para manter seus ganhos econômicos. Além disso, a presença desse grupo social entre os revolucionários só contribuiria para a desagregação do movimento, pois: “vem, com sua concepção de classe, contaminar, por dentro, todo um processo revolucionário”; não acreditava no trabalho coletivo, movimentando-se para denegrir e desanimar qualquer articulação endógena dos operários e

---

<sup>20</sup>Em momentos pontuais as organizações ou pessoas ligadas ao PCB foram citadas. Por exemplo, a publicação da entrevista de Prestes sobre o processo revolucionário cubano (A LIGA, nº23: 3); ao trazer as “Teses para o debate” (A LIGA, nº34: 3), citou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) – ligada ao PCB; ao defender a unidade do movimento camponês, novamente existe menção à ULTAB (A LIGA, nº45: 5).



camponeses; acreditava que o “processo revolucionário é monopolizável e por isso recorre consciente ou inconscientemente ao esfacelamento do que já existe, para começar tudo de novo, dessa vez sob sua supervisão e controle”; não possuía personalidade política; e acreditava que um movimento revolucionário deveria ser “patrimônio de uma determinada personalidade, não acreditando na capacidade criadora das grandes massas” (A LIGA, nº30: 5). Segundo o *Liga*, somente poderia “acompanhar provisoriamente a marcha do povo para o poder” aquele setor burguês “que ainda não conseguiu se associar ao imperialismo” (A LIGA, nº1: 3), porém, as classes populares deveriam estar cientes que esse setor mobilizava-se, única e exclusivamente, pelo interesse em obter mais lucros. O único caminho do campesinato era “se atrelar ao carro da revolução operária”, seu aliado natural, pois “ambos são explorados e lutam contra a mesma estrutura” (A LIGA, nº15: 5).

Dentre as forças sociais que atuavam na articulação dos trabalhadores rurais, o semanário elegeu a Igreja como grande adversária. Identificada como aliada dos latifundiários, suas ações no campo foram duramente criticadas, pois: somente mandava “ter paciência e confiar em Deus”, pedindo “resignação em nome de Cristo” (A LIGA, nº6: 4); legitimava a desigualdade, a propriedade privada e a perseguição aos camponeses que lutavam contra o latifúndio; arrecadava fundos para o financiamento de campanhas anticomunistas; criava sindicatos rurais “fantasmas” preocupados em deslegitimar a organização camponesa; e apoiava as estratégias de coerção dos latifundiários. Essas críticas tinham como pressuposto básico a importância da religiosidade para os trabalhadores rurais, portanto os editores procuravam relativizar suas críticas à Igreja, demonstrando não estar contra a instituição, mas contra os falsos representantes dos preceitos de Cristo. Duas colunas, publicadas em poucas edições, foram criadas com o objetivo de matizar tais críticas. A coluna “A Bíblia e o problema da Terra” apresentava diferentes versículos da bíblia que criticavam, entre outras coisas, o caráter sagrado da propriedade privada, defendido por diferentes membros da hierarquia católica – no Brasil, essa forma de pensar teve como principal manifestação a obra *Reforma Agrária Questão de Consciência*, dos bispos Mayer e Sigaud. Outra coluna publicada foi “O Evangelho do Camponês”, escrita por Padre Alípio. Nessa coluna, o padre comentava o evangelho criticando sua utilização para legitimar a estrutura fundiária monopolista do campo e inculcar no camponês a aceitação da sua condição de miséria. Falas de membros do clero também foram utilizadas para criticar as teses “cristãs-conservadoras” para o campo, como fez ao recorrer às declarações de D.

Milton Cunha e Padre Lage, o conhecido articulador da Ação Popular (AP) que teve seus discursos utilizados para demonstrar o “pleno acordo com a atividade do padre Alípio de Freitas, que ‘como Jesus Cristo, luta pela libertação do camponês escravizado’ (A LIGA, nº33: 3). No que se refere à D. Milton Cunha, “Bispo Diocesano do Estado de São Paulo da Igreja Católica Apostólica Brasileira”, o periódico destacou sua atuação na fundação de núcleos das Ligas Camponesas em diferentes regiões do Estado, em especial em Barretos. Segundo o jornal, Cunha aderiu às propostas das Ligas, pois não acreditava no “trabalho de assistência religiosa aos camponeses da Igreja Católica” (A LIGA, nº8: 4). Preocupados em utilizar essas frases para também apresentar a legitimação religiosa da revolução, ou o “direito de rebelião” proposto por São Tomás de Aquino (A LIGA, nº9: 3), o periódico fazia questão de ressaltar a propagação dessas ideias no clero católico. Por exemplo, ao comentar a viagem de Padre Alípio à Goiás, o semanário destacou: “Em Goiânia, está hospedado com o Padre Pereira Maria, vigário de Vila Operária. Comenta que o Clero goiano o recebeu bem e que, palestrando com o sacerdote que o acolheu em seu lar, teve boa impressão do mesmo” (A LIGA, nº9: 3). Ademais, tentou deslegitimar aqueles que atentavam para a perseguição comunista à Igreja católica, apresentando que, nos países europeus onde o regime vigorava, não encontraríamos “um padre, uma freira descontentes com o regime, fosse novo ou fosse velho” (A LIGA, nº10: 4).

Francisco Julião comumente apresentava-se como “marxista-cristão”, uma vez que utilizava metáforas bíblicas em suas construções discursivas para alcançar o grande número de camponeses católicos (ANDRADE, 1963; NOVAES, 1997), como destacou no artigo “Camponês é camponês”, ao legitimar sua representação apresentando a argumentação de Sukarno, presidente da indonésia (1945-67), que afirmava ser “marxista-islamita”: “marxista porque governa um povo cujo futuro pertence à classe operária dirigida pelos ensinamentos de Marx; e islamista porque a maioria desse povo é feita de camponeses” (A LIGA, nº1: 5). Essa característica se reflete na construção argumentativa do periódico. A história de Jesus Cristo foi utilizada de forma recorrente, comparando-a com as condições de vida e luta dos camponeses, o periódico trabalhava com a ideia de que os camponeses e Jesus Cristo tinham a mesma origem humilde e que lutavam contra a desigualdade, pois, “segundo São Mateus, Jesus não só combatia os ricos, como exigia que aqueles que o acompanhassem distribuíssem suas riquezas com todos, segundo a necessidade de cada um” (A LIGA, nº26: 5). A partir dessas comparações, o periódico afirmava que “se Cristo viesse hoje à terra se poria ao lado das Ligas Camponesas, se poria ao

lado dos que ganham o pão com o suor de seu rosto, dos que recebem salários de fome e de miséria” (A LIGA, nº24: 4), uma vez que procurou seus discípulos “entre os que trabalhavam”, com exceção de Judas, “o único que tinha dinheiro” e o traiu (A LIGA, nº26: 5). Até mesmo os membros da Ligas eram comparados a Jesus e outros personagens bíblicos. Julião se comparou a personagens religiosos com caráter libertador, como Moisés, Jesus, São Francisco de Assis e Santo Antônio (A LIGA, nº14: 4). Outro exemplo foi possível encontrar na notícia “Se Cristo voltasse seria preso pelo general Kruei” (A LIGA, nº29: 3), que, ao analisar a prisão de Padre Alípio por esse general, indicou que Cristo foi crucificado por praticar os mesmos “crimes” do sacerdote liguista, defender os mais humildes e combater a desigualdade.

### **O foco no camponês**

No Brasil, o conceito de “camponês” é fruto de discussão e imprecisão desde a década de 1920, quando o PCB introduziu o termo para caracterizar a população rural. O periódico apresentou uma definição para o termo: camponês era o homem do campo detentor dos meios de produção, seja “através da posse pura e simples, seja através do direito de propriedade ou apenas de aluguel de uma gleba” (A LIGA, nº1: 5)<sup>21</sup>. Esse “camponês” era o público alvo do movimento. Julião (1962) e Moraes (1969) apresentaram uma série de argumentos, a fim de justificar essa estratégia. Como bons advogados, as principais justificativas foram de ordem jurídica. Ambos partiram de duas premissas: para fundar um sindicato rural era necessário ir às principais cidades do país e esperar por meses pela difícil autorização de funcionamento; os assalariados rurais que quisessem lutar judicialmente contra os abusos dos empregadores deveriam ir até as capitais ou às cidades mais importantes – lugares onde estavam os Tribunais do Trabalho – e, assim, perder dias de trabalho, algo nada fácil para alguém que dependia da venda diária da sua força de trabalho para sobreviver. Na opinião dos dois dirigentes, esses dois aspectos dificultavam a organização legal dos assalariados rurais. Em contrapartida, os camponeses, por possuírem alguns meios de produção e não dependerem da venda da sua força de trabalho, poderiam financiar a luta jurídica contra o

---

<sup>21</sup> Apesar de apresentar uma definição ao conceito de “camponês”, em alguns momentos, o jornal utilizou o termo camponês como sinônimo de assalariados rurais (A LIGA, nº7: 3; nº48: 5; nº50: 6). Cabe destacar que a diferenciação entre “camponeses” e “assalariados agrícolas” percorre uma linha tênue, haja vista que a classe dos “assalariados agrícolas” era composta, na maioria das vezes, por indivíduos que possuíam pequenas faixas de terra, mas, em razão da sazonalidade produtiva, vendiam a sua força de trabalho.

proprietário. Além disso, a organização legal dos camponeses sob uma associação era prevista por lei e, para colocá-la em funcionamento, bastava reunir trinta ou quarenta camponeses, redigir uma ata e lavrá-la em qualquer cartório. O instrumento garantidor desse direito era o código civil. O fato da luta por meio dele isolar os proprietários de terra, que se baseavam em práticas “feudais”, e neutralizar a “burguesia” – que não desrespeitaria o código civil, que “sacralizou” a propriedade privada – também era uma das justificativas para o foco no camponês. Na opinião dos dirigentes, enquanto os camponeses utilizavam esse código como forma de luta, os assalariados rurais utilizavam a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), instrumento jurídico que, por não ser reconhecido pela burguesia e pelos proprietários rurais, os isolava.

Outra justificativa era o tempo. Enquanto os camponeses, durante a luta judicial, mantinham-se na terra produzindo, os assalariados tinham o tempo como inimigo, pois uma longa batalha judicial significava mais idas à cidade, mais dinheiro gasto com provas documentais e honorários advocatícios, mais tempo sem trabalhar e real probabilidade de abdicar da luta. Outra justificativa dizia respeito ao fato da luta do camponês já nascer revolucionária, ao passo que a do assalariado deveria percorrer um longo caminho de politização e despolitização até se tornar revolucionária. O camponês era caracterizado como personagem fundamental para a realização da revolução socialista e a implantação da reforma agrária. Como destacaram Andrade e Morais, Francisco Julião defendia que o projeto de reforma agrária deveria surgir do próprio camponês, pois este teria a experiência necessária para o trato com a terra. Sua função seria, somente, a de criar a consciência necessária nos camponeses. Por fim, o número de camponeses, oito vezes maior que o número de assalariados, e a possibilidade dos assalariados rurais mudarem para uma área não abrangida pelas Ligas, também apareceram como justificativas (JULIÃO, 1962).

Em concordância com essa estratégia de foco no camponês, o *Liga* publicava diferentes cartas de orientação ao campesinato, como a “Carta de Alforria do Camponês” (A LIGA, nº6: 4), o “Guia do Camponês” (A LIGA, nº2: 5) e “Carta de Ouro Preto” (A LIGA, nº13 e 14: 4), todas elaboradas por Julião. Essas cartas tinham estruturas argumentativas semelhantes, possuíam linguagem simples e inúmeras metáforas, e abordavam os possíveis percalços e as razões da luta camponesa por “Liberdade, agasalho, pão e paz” (A LIGA, nº2: 5): 1) destacavam a importância da união, pois “sozinho serás como pingo d’água. Unido aos teus irmãos serás uma

cachoeira” (A LIGA, nº2: 5); 2) alertavam sobre a utilização da violência, da falsidade, da mentira, do dinheiro, da polícia, dos capangas e “do nome de Jesus Cristo” pelos latifundiários; 3) apelando à constitucionalidade da luta, destacavam a ilegalidade do cambão, da terça, da meia, da quadra e do vale-barracão, indicando como caminho de resistência a “casa da justiça” (A LIGA, nº2: 5); 4), legitimavam a resistência armada “em defesa da tua vida. De tua honra. Ou de quem for atacado e te pedir socorro” (A LIGA, nº2: 5); 5) buscando coordenar o comportamento dos seus leitores, recorriam à importância da moralidade e orientavam os camponeses a fugirem “do vício como o diabo da cruz” (A LIGA, nº2: 5); 6) estipulavam como caminhos de luta a sindicalização, exclusiva aos proletários, e a formação de associações e cooperativas, exclusivas aos camponeses; 7) apontavam a alfabetização e a extensão do voto ao analfabeto como importantes formas de implementar mudanças na estrutura política do Estado brasileiro.

O *Liga* também indicava a leitura de alguns livros. Nas suas primeiras edições, um livro comumente indicado e noticiado foi o “Que são as Ligas Camponesas?”, de Francisco Julião, apresentado como manual de criação de uma liga (A LIGA, nº5: 3). Em 1/1/1963 o jornal criou as colunas “Leitura Popular”, que mais tarde passaria a se chamar “Livros e Problemas”, e “Pequeno Dicionário Prático da Revolução Brasileira”. A primeira, escrita por Wania Filizola, funcionava como um espaço dedicado à resenha crítica de livros que versavam sobre a dialética da história, economia política e a natureza da revolução brasileira. Já a segunda possuía uma estrutura pitoresca: tendo a letra A como tema, diversas palavras eram destacadas e acompanhadas de explicações sobre a homogeneidade do congresso, os “inimigos” – palavra recorrentemente utilizada, evidenciando a tentativa de trazer afetividade à luta, demonstrar empatia e interiorizar práticas – dos camponeses e dos operários, a aliança “natural” operário-camponesa (A LIGA, nº15: 5), as causas da carestia no país, a exploração imperialista, a articulação dos setores dominantes para manter sua dominação, a implantação da reforma agrária radical, a necessidade de formar agrônomos camponeses, a “indústria da seca” no Nordeste (A LIGA, nº15: 5), a desigualdade socioeconômica, o analfabetismo entre os camponeses e a legitimidade da defesa armada. Essas colunas refletiam as proposições que viriam fazer parte do processo de reconfiguração das Ligas. No decorrer do ano de 1963, preocupado em viabilizar o protagonismo revolucionário dos camponeses, membros do movimento propuseram a criação de uma Organização Política de tipo leninista dentro da OM, proposta que foi

aprovada em janeiro de 1964 (MORAIS, 1969). Após a aprovação, criou-se uma escola de quadros dentro da OM. Seguindo os pressupostos do comunismo clássico, o objetivo dessa escola era educar e organizar os camponeses, “dando-lhes uma consciência marxista-leninista”. A partir de aulas sobre dialética da história, economia política, natureza da revolução brasileira e agitação e propaganda, o movimento pretendia unir a teoria à prática e, assim, evitar a transformação dos camponeses em “simples agitadores, com uma fraseologia teórica, muitas vezes inoportuna” (A LIGA, 11/3/1964: 4). O ano de 1963 também marcou a intensificação do programa de alfabetização nas Ligas Camponesas da Paraíba, onde membros do movimento, em articulação com setores da Juventude Católica e do poder público, participaram da instalação de escolas radiofônicas do Sistema Radioeducativo da Paraíba (SIREPA) e de núcleos da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) (XAVIER, 2010).

Outra estratégia, esboçada apenas em uma edição, foi o prêmio “Chapéu de Palha do Mérito Camponês” (A LIGA, nº57: 4), entregue pessoalmente por Julião àqueles que mais se destacassem “na agitação dos problemas sociais do nosso povo”. O primeiro e único a receber esse prêmio foi Dias Gomes, autor da peça teatral “A Invasão”, que retratava os problemas sociais da favela, levando em consideração o êxodo rural, o grileiro, a ineficiência do sistema político e a polícia repressora. Acreditamos que com esse prêmio o semanário buscava reafirmar a identidade camponesa do periódico e construir um espírito coletivo e uma consciência da importância de cada cidadão para a mudança do quadro socioeconômico nacional, induzindo os leitores a seguirem os exemplos dos premiados. Provavelmente, esse estímulo estava diretamente ligado à chamada emulação socialista, que, implantada na URSS, na China e em Cuba, tinha como objetivo estimular, a partir da concessão de prêmios, os trabalhadores a produzirem, ou trabalharem voluntariamente, cada vez mais para a construção do socialismo e o alcance das metas de produção nacionais.

### ***A Liga e os problemas do campo***

As discussões dos problemas do campo tinham como principais temas a carestia, a reforma agrária radical e os conflitos por terra. A carestia, considerada “o principal problema de quem vive no Brasil” (A LIGA, nº01: 2), foi abordada em todas as edições. O periódico

vislumbrava como razões da carestia os problemas de transporte e armazenamento, a utilização de técnicas de produção retrógradas e, é claro, a atuação dos latifundiários. Segundo o *Liga*, os latifundiários usavam a terra com o exclusivo desejo de manter o seu poder, pois não sabiam plantar e não deixavam as pessoas plantarem, além de aproveitarem as condições inóspitas de armazenamento e transporte, que faziam com que o camponês vendesse seu produto rapidamente, para formarem monopólios “constituídos por um pequeno número de firmas atacadistas, que controlam a distribuição dos artigos de primeira necessidade, conseguindo lucros fabulosos” (A LIGA, nº1: 2). A solução para o problema da carestia e dos demais problemas socioeconômicos do Brasil seria a reforma agrária radical. Apesar de utilizar esse conceito de forma recorrente, poucas foram as ocasiões em que o *Liga* apresentou sua definição, como: ao noticiar o debate que ocorreu no programa “Depois do Sol” da TV Tupi, entre Julião, “um revolucionário”, e o deputado Amaral Neto, “porta-voz das classes dominantes” (A LIGA, nº8: 3); ao conclamar o camponês à “Lutar pela Reforma Agrária” (A LIGA, nº14: 3); ao atentar para a relação entre reforma agrária e melhora das condições de vida dos trabalhadores urbanos (A LIGA, nº10: 2); e ao publicar as “Teses para debate”(A LIGA, nº34: 3). Mesclando proposições dos “julianistas” (seguidores das teses radicais de Julião) e dos dirigentes mais moderados, como Assis Lemos, essas publicações versavam sobre: 1) uma reforma agrária elaborada pelos próprios camponeses; 2) a outorga de títulos de propriedade aos posseiros que trabalhavam a terra; 3) a desapropriação das terras devolutas e dos latifúndios improdutivos, com indenização mediante expedição de títulos de dívida pública, com prazo de 20, 30, 40 anos ou mais, dependendo do caso, a juros de 2% ao ano, calculado o valor da terra a partir das declarações para pagamento de imposto territorial; 4) a criação de condições para o desenvolvimento da economia nacional, levando em consideração a participação da população rural; 5) a aplicação “na marra” da reforma, haja vista o domínio e controle que a classe dominante tinha no congresso nacional, capaz de deixar na gaveta “217 projetos relativos ao problema da terra”; 6) a criação do Instituto de Reforma Agrária, que, ao exemplo da reforma agrária cubana, seria responsável por oferecer assistência técnica ao camponês e desapropriar as terras improdutivas com área superior a 500 hectares; 7) o estímulo à formação de cooperativas “nos ramos de cultivos de produtos industrializáveis”; 8) a plena garantia à sindicalização e ao direito de organização; 9) a distribuição gratuita das terras devolutas; 10) a extensão dos direitos trabalhistas ao campo; 11) a elaboração de um imposto territorial progressivo que incidisse sobre a grande propriedade agrícola e isentasse a pequena

propriedade agrícola; 12) o combate à utilização especulativa das terras, a partir da proibição de concessão de terras públicas àqueles que objetivassem utilizá-las com esse interesse.

A radicalidade assumiu importante papel nas notícias do periódico, que utilizava a expressão “na marra” como palavra de ordem para diferentes assuntos e estimulava a resistência armada. O *Liga* buscava apresentar a resistência armada como legítima e necessária, haja vista a violência empreendida pelos latifundiários que “dispõem da polícia, armada e da capangada obediente, como meio de reprimir as greves que estão surgindo no campo” (A LIGA, nº20: 3) e estavam organizando planos para “enfrentar à bala as Reformas” (A LIGA, nº34: 4). Caberia aos camponeses pegarem “foices, facões, cassetetes e até espingardas de caça” e revidarem aos ataques dos latifundiários à altura, tendo como pensamento que “para cada camponês assassinado, uma família latifundiária ajustçada” (A LIGA, nº20: 3). Na edição de 20 de novembro de 1962, o periódico tentou apresentar uma pretensa tradição histórica nordestina de organizar resistência armada no campo, utilizando como estratégia argumentativa a publicação de uma entrevista com “Volta Seca”, ex-cangaceiro de Lampião, que buscava demonstrar a similaridade entre as técnicas “guerrilheiras” empreendidas por Lampião e as empregadas na China e em Cuba. O estímulo à resistência armada também foi realizado por meio da publicação de histórias em quadrinhos, que rerepresentavam, de forma didática, os conteúdos dos referidos artigos, ao indicar a união camponesa como forma de superar os desmandos dos latifundiários, orientar sobre táticas de guerrilha e de resistência cotidiana, e expor a relação entre a polícia e os latifundiários. Porém, apesar de todo esse apoio, o *Liga* negava qualquer articulação armada por parte do movimento. Segundo o semanário, “qualquer troca de ‘peixeiradas’, qualquer arregação, qualquer vingança havida no setor campo, a imprensa dirigida e as autoridades locais a serviço do Ponto Quatro procuram logo rotular o acontecimento como ‘guerrilha’”, no intuito deslegitimar o movimento camponês. E, para melhor “provar”, “arranjam uns livros de guerrilhas de Guevara, ou de Mao-Tsé-Tung e os ajuntam a rigoroso critério” (A LIGA, nº10: 6).

Ao discutir os conflitos no campo, o *Liga* enfatizava a grilagem, a violência do latifundiário e a escravização do trabalhador rural, criando uma linguagem de classe ao inserir os trabalhadores em uma “rede mais ampla, que mostrava situações semelhantes à sua e, através desse espelhamento, indicava sua crueza, generalidade e possibilidades de alteração” (MEDEIROS, 1995: 77). Em primeiro lugar, o *Liga* apresentava a quantidade de



famílias camponesas afetadas. No intuito de fomentar a união e expor a opressão como extensa a todos, dificilmente o periódico tratava o camponês de forma individualizada. A estratégia era apresentá-lo como um coletivo: “Desta fazenda, recentemente, foram despejados mais de 300 famílias de colonos” (A LIGA, nº8: 4); “200 famílias dessa fazenda” (A LIGA, nº11: 4); “Despejadas 16 famílias de camponeses em Tapira” (A LIGA, nº20: 5); “Três mil famílias de posseiros da gleba Santa Cruz, no oeste do Paraná, estão dispostos a resistir à força” (A LIGA, nº20: 3); “Em Mamanguape, 100 famílias de camponeses invadiram a terra, derrubaram a mata e estão trabalhando agora” (A LIGA, nº29: 5).

Outra característica era associar a exploração do camponês à estrutura política, com a intenção de inculcar a ideia de que somente por meio da luta insurrecional seria possível angariar mudanças. A crítica à estrutura política formal atingia a Superintendência da Política de Reforma Agrária (SUPRA), “órgão que abriga latifundiários e que manda a polícia na porta dos camponeses” (A LIGA, nº33: 2), a “SUDENE, instrumento de ação da Aliança para o Progresso” (A LIGA, nº33: 5), e a qualquer proposta de reforma agrária iniciada pelo executivo ou legislativo (A LIGA, nº24: 6): “da exploração da miséria dos lavradores, os usineiros conseguem não apenas o poderio econômico mas, também, o político” (A LIGA, nº5: 4); “O latifundiário Celestino Correia da Costa, primo do governador do Estado” (A LIGA, nº11: 3); “300 famílias camponesas estão ameaçadas pela ação de grilagem do próprio Governo Estadual, que já anunciou o despejo” (A LIGA, nº12: 3); “o presidente João Goulart, latifundiário como eles<sup>22</sup>” (A LIGA, nº34: 4); “O assassino principal, o deputado federal do PTB, José Lopes de Siqueira Santos” (A LIGA, nº15: 3); “a família Ribeiro Coutinho, detentora do maior latifúndio do Estado, manteve intacta a representação parlamentar com que conta, desde 1945” (A LIGA, nº34: 4); “o Congresso Nacional continua com discussões estéreis sobre esta ou aquela fórmula para realizar a Reforma Agrária, em busca de uma solução que engane os trabalhadores da terra, e sirva aos interesses dos latifundiários” (A LIGA, nº53: 5).

Outra característica era destacar a cumplicidade da polícia e da justiça para com os latifundiários e seus aliados imperialistas: “O secretário de Segurança Pública de Pernambuco, ao tomar conhecimento do fato, encaminhou o processo para o delegado de Limoeiro, que é amigo de Artuzinho” (A LIGA, nº6: 1); “100 famílias camponesas despejadas da localidade de Santa

---

<sup>22</sup>Com o intuito de formar uma aliança entre o PTB e PSB, Goulart tentou se aproximar de Julião, que recusou tal oferta, por acreditar que Jango pretendia transformar as Ligas Camponesas em um sindicato e, assim, usá-las como instrumento governamental. A partir desse momento, Julião optou por criticar publicamente as posições de Jango (WELCH, 2010).

Isabel, por um contingente policial sob a chefia dos tenentes Antunes Filho e Carlos Rossi, estão dispostos a voltar às terras que cultivavam” (A LIGA, nº10: 3); “Policiais e Jagunços atacam camponeses em Porto Wilma, Dourados” (A LIGA, nº12: 3); “Latifundiário assalta camponeses com ajuda da polícia de Mato Grosso” (A LIGA, nº51: 5); “Normalmente, a burla dos latifundiários de Pernambuco deveria ser reprimida pela Justiça do Trabalho, omissa sempre que os interesses dos poderosos necessitem dessa omissão” (A LIGA, nº15: 1).

O passado recente da escravidão vigorava nas estruturas argumentativas do periódico, que tentava demonstrar a sistematização da opressão e da violência no campo como continuação de um passado escravocrata não superado. Tal sistematização era voltada tanto à opinião pública como aos próprios trabalhadores, em sua maioria negra e parda. Remeter a um período trágico para os ancestrais dessas pessoas foi uma importante estratégia de mobilização. Dessa forma, o semanário comparava a condição de vida do camponês à de um escravo: “Mato Grosso: Nordestinos vendidos como escravos” (A LIGA, nº1: 5); “Campos: regime de escravidão impera nos canaviais”, onde até o “‘tronco dos escravos’ foi conservado pelos sucessores dos senhores feudais do século passado” (A LIGA, nº5: 4); “És escravo de dia, és escravo de noite. Acordado és escravo. És escravo dormindo” (A LIGA, nº6: 4); “o camponês nasceu para sofrer como escravo” (A LIGA, nº11: 3); “O camponês vive como escravo e como escravo morre”(A LIGA, nº14: 3); a carta de orientação à liberdade camponesa tem como título “Carta de Alforria do camponês”, sendo a palavra destacada um processo de conquista de liberdade empreendido pelo escravizado. Além disso, o vocabulário utilizado pelo periódico remetia aos opressores do período escravocrata: “juiz fascista faz do exército capitão-do-mato” (A LIGA, nº10: 6), a “violência dos capitães-do-mato do Exército” (A LIGA, nº11: 4) e “o chicote do administrador (ou feitor, ou capataz)” (A LIGA, nº11: 4).

Por fim, o *Liga* nomeava os atores sociais envolvidos nos conflitos noticiados: “série de assassinatos praticados por capangas da Fazenda Tuiti, de propriedade do Sr. José Nogueira Jr.” (A LIGA, nº9: 3); “o Sr. Arnoud Junqueira continua loteando a localidade e ameaçando os colonos de transformar os melhores alqueires em pasto” (A LIGA, nº8: 4); “o agressor, à frente de capangas, foi o latifundiário José Theobaldo, amigo e parceiro de Arturzinho da Bereta, cruel latifundiário que há dias seviciou um camponês de 65 anos de idade” (A LIGA, nº14: 3). Tal estratégia se aproximava da campanha “Imprensa popular” (1946) – lançada pelo PCB com o intuito de melhor estruturar a atuação dos periódicos como instrumentos de articulação e

disseminação de projetos, ideias e valores (SOARES, 2011) –, no sentido de acreditar que a identificação dos indivíduos traria maior veracidade às informações, além disso, essa era uma excelente ferramenta para mobilizar a opinião pública contra os latifundiários envolvidos nos conflitos pelo acesso a terra.

### ***A Liga e o contexto internacional***

As lutas internacionais do movimento operário-camponês tinham lugar cativo nas abordagens do periódico, noticiando as mudanças políticas na URSS, lutas de descolonização afro-asiáticas, lutas camponesas em países da América Latina, como Peru e Guatemala, e ações do governo revolucionário cubano. O *Liga* justificava tal cobertura, apresentando que, em razão da crescente organização da população rural, era necessário analisar as experiências de luta dos trabalhadores, tanto do campo quanto das cidades, que já se “libertaram das amarras do latifúndio e do imperialismo” (A LIGA, nº22: 3). Como não poderia ser diferente, o movimento revolucionário cubano tinha destaque especial, presente, de forma direta ou indireta, em todas as edições. Caracterizado como o maior exemplo de “que há um caminho para livrarmos nossa pátria da miséria e do atraso em que vivemos” (A LIGA, nº24: 1), o governo era congratulado por ter nacionalizado empresas estrangeiras, ampliado o comércio exterior, melhorado a assistência médica, construído moradias dignas para o camponês, mecanizado a agricultura, extirpado o analfabetismo – classificado como braço de atuação do imperialismo –, promovido a “libertação do aluguel” (A LIGA, nº5: 1), acabado com a miséria e, é claro, demonstrado a queima das etapas revolucionárias. Além de noticiar os principais aspectos do governo revolucionário cubano, o periódico preocupava-se em angariar subsídios ao mesmo. Para tanto, fornecia apoio midiático ao “Congresso Popular de Apoio a Cuba”, organizado por Francisco Julião. O *Liga* constantemente apresentava a legalidade do congresso e demonstrava o apoio de personalidades políticas, líderes sindicais, oficiais das forças armadas e intelectuais, “de todas as partes do mundo”, à revolução cubana (A LIGA, nº21: 4), como: os ex-presidentes mexicanos Luís Gonzaga de Oliveira Leite e Lázaro Cárdenas; o filósofo Bertrand Russell; John D. Bernal, membro da Royal Society e presidente do Conselho Mundial da Paz (Viena, Áustria); a professora Olga Poblete, ganhadora do Prêmio Lênin da Paz, em 1962; os Reverendos A. M. Dickie, F. J. Hartley e M. K. James, da Australian Peace Council. Além disso, convocava os

camponeses ao apoio: “Camponês: a reforma agrária cubana deu a terra ao que nela trabalha. Por isso os latifundiários do continente conspiram contra cuba. Tua resposta é participar do encontro nacional e do congresso de apoio à revolução cubana que se realizarão este ano no Brasil” (A LIGA, nº20: 3).

A guerrilha do “Comandante Ernesto ‘Che’ Guevara” (A LIGA, nº27: 1) também era parabenizada, pois expulsara o imperialismo espoliador, havia demonstrado que “as forças populares podem ganhar uma guerra contra o Exército” e tinha contribuído para a percepção de que “na América subdesenvolvida o terreno da luta armada deve ter fundamentalmente o campo” e que “nem sempre é preciso esperar que se dêem todas as condições para a revolução, o foco insurrecional pode criá-las” (A LIGA, nº54: 6). O periódico publicava as orientações de Che Guevara sobre a luta de guerrilhas, apresentando-a como recurso necessário àqueles que objetivavam conquistar o poder político, pois – atacando às concepções revolucionárias pecebistas – classificavam a luta pacífica como válida, porém, não condizente com a situação política dos países da América latina. Outro movimento guerrilheiro revolucionário também teve destaque no periódico, as Forças Armadas de Libertação Nacional da Venezuela (FALN), que, “[poderia se tornar] o segundo país livre da América latina” (A LIGA, nº51: 3). Como destacou Moraes, o movimento camponês venezuelano também influenciou as articulações e decisões das Ligas Camponesas, o que explica a preocupação do *Liga* em caracterizá-lo. Segundo o periódico, a população venezuelana se articulava para “liquidar com a exploração estrangeira e a opressão da oligarquia interna” personificadas no governo de Rômulo Betancourt (A LIGA, nº14: 6). No que se refere à questão agrária, Betancourt havia iniciado uma “reforma agrária democrática cristã”, que em nada mudou a estrutura agrária venezuelana, somente proporcionando lucros exorbitantes aos latifundiários, pois as terras eram distribuídas mediante a compra e venda pelo Instituto Agrário Nacional. Estimulados a mudar esse quadro de concentração fundiária, os trabalhadores rurais venezuelanos ingressaram na FALN, que sob o comando de Manuiit Camero, Gonzalez, Urbina, Falcón e Douglas Bravo, iniciou a desapropriação dos latifúndios venezuelanos. Por essa razão, a luta venezuelana foi utilizada como exemplificação de que somente a revolução seria capaz de realizar verdadeiras mudanças. O periódico publicou entrevista com os revolucionários e diversas notícias que apresentavam as principais características da FALN – sua forma de organização, seus principais membros, seus códigos de justiça e seus objetivos e razões de luta –, sempre enfatizando seu caráter foquista e camponês.

Na sua luta contra o imperialismo, o periódico comumente noticiava as pretensões imperialistas dos programas “Ponto IV” e “Aliança para o Progresso” de subverter a ordem nacional. Dessa forma, destacava a relação entre os órgãos norte-americanos e os agentes de segurança pública, em especial no Rio de Janeiro e na Guanabara<sup>23</sup>, e a utilização de prepostos civis, por meio do “Peace Corps”, para financiar candidatos anticomunistas e campanhas de deslegitimação da solidez da Petrobrás. O *Liga* fez sucessivas defesas à atuação da Petrobrás, criticando as notícias veiculadas pela imprensa associada ao imperialismo, que, segundo o periódico, tentavam, a partir de dados fraudulentos, demonstrar a falência da Petrobrás, com o interesse de facilitar a entrada de trustes internacionais e refinarias particulares de petróleo.

### **Principais pontos a serem retidos**

Os conteúdos do *Liga* versavam sobre trabalhadores rurais, operários urbanos, pescadores, militares, estudantes e intelectuais que forneciam apoio urbano às ações do movimento. Apesar dessa diversidade, a participação direta desses grupos era rara. Esporadicamente, cartas escritas pelos leitores eram publicadas, quando corroboravam com a linha argumentativa do periódico, o que dificulta a construção de uma análise sólida sobre recepção dessas ideias por esses grupos. Ainda com relação a essa diversidade, é perceptível a intenção do periódico em assumir o status de representante campesino, o que explica os espaços secundários destinados aos outros grupos e a ausência de críticas às ações dos trabalhadores rurais ligados ao PCB e a Igreja – tal escolha também reproduzia um preconceito presente no pensamento social brasileiro, já que, ao mesmo tempo em que reconhecia esse grupo como atores políticos, considerava que não estavam conscientes das condições de sua exploração, por essa razão, poderiam ser facilmente utilizados como “massa” (termo recorrentemente empregado pelo *Liga*) de manobra por outras forças sociais.

---

<sup>23</sup>O jornal buscava oferecer uma cobertura nacional aos problemas do campo brasileiro, porém, pelo fato da sua sede administrativa ser na Guanabara, oferecia mais atenção a essa região e ao estado do Rio de Janeiro que aos outros estados do país. Nas edições de 1962 e 1963, Rio de Janeiro e Guanabara foram temas de trinta e três por cento e vinte e três por cento, respectivamente, do conteúdo do periódico. Em contrapartida, Pernambuco foi tema de dez por cento e vinte e dois por cento. Cabe ainda destacar que, nas edições de 1963, a Paraíba disputava com Brasília o status de terceira região com o maior número de notícias no semanário. Essa distribuição de notícias nos indica uma possível rede de circulação do periódico associada à sua utilização como instrumento de propaganda para áreas onde o movimento ainda não estava consolidado.

O periódico buscou manter a unidade da população rural ao evitar atacar, de forma direta, o PCB e a Igreja. Com relação ao PCB, o *Liga* optou por silenciar sua atuação no campo brasileiro e promover ataques indiretos a visão revolucionária etapista. A Igreja enquanto instituição não foi criticada, temendo desagradar o público leitor, composto por trabalhadores rurais católicos, o periódico direcionava suas críticas as teses cristãs-conservadoras. Para tanto, utilizava a narrativa bíblica e congratulava a atuação de membros do clero – especialmente aqueles que apoiavam as ações do movimento, como os padres Alípio e Francisco Lage – como forma de demonstrar a corrupção, por parte dos latifundiários e seus aliados, da luta de classes inerente à trajetória e aos ensinamentos de Cristo.

Por fim, destacamos a relação ambígua do periódico com o Direito, ao mesmo tempo em que buscava demonstrar a legalidade das formas de lutas defendidas, em especial, a resistência armada, e estimulava a utilização da justiça como meio de assegurar e conquistar direitos – estratégia relacionada ao fato dos trabalhadores rurais buscarem atuar dentro dos limites constitucionais e consuetudinários (WELCH, 2010) –, considerava que o judiciário estava a serviço dos latifundiários.

## Referências

ANDRADE, Manuel Correia. As tentativas de organização das massas rurais – As Ligas Camponesas e a Sindicalização dos Trabalhadores do Campo (1963). In: WELCH, Clifford Andrew et.al. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 73-85.

AUED, Bernadete. Nos caminhos da cisão. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 77-101.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CRUZ, Heloísa de Faria & PEIXOTO, Maria da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, v. 35, p. 253-270, 2007.

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. 1987. 376p. Dissertação (Mestrado). UFRJ/Museu Nacional. Rio De Janeiro, 1987.

HOBBSAWM, Eric; e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

JEANNENEY, Jean-Noel. A Mídia. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 213-230.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bessanezi (org.). *Fontes históricas*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 21-102

\_\_\_\_\_. *O poder do atraso*. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 52-94.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

\_\_\_\_\_. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. 294p. Tese (Doutorado). Unicamp. Campinas, 1995.

\_\_\_\_\_. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 4, p. 50-65, julho. 1995b.

MORAIS, Clodomir Santos de. *História das ligas Camponesas do Brasil*. 1969. Disponível em: <[http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tese\\_cmorais.htm](http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tese_cmorais.htm)>. Acessado em: 18/3/2013.

MOREIRA, Vânia Losada. Os anos JK: a industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo de experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 155-194.

MOTTA, Márcia & ESTEVES, Carlos Leandro. Ligas Camponesas: História de uma Luta (des)conhecida. In: MOTTA, Márcia & ZARTH, Paulo (Orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade dos conflitos ao longo da história*. São Paulo: UNESP, 2009. 2 v. p. 243-257.

NOVAES, Regina Reyes. *De Corpo e Alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no Campo*. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1997.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-64)*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *“Che” Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo: Xamã, 2004.

RANGEL, M. do S. *Medo da morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas*. 2000. 372p. Dissertação (Mestrado). UNICAMP. Campinas, 2000.

RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. 2005. 262p. Tese (Doutorado). UNICAMP. Campinas, 2005.

SANTIAGO, Wandek. Francisco Julião, as ligas e o golpe militar de 1964. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 157-186.

SANTOS, Leonardo Soares. As Ligas Camponesas do PCB: a transformação da questão agrária em ação política (1928-1947). *Troçadero*, nº 17, 2005, p.77-98.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano*. Economia e Cultura. São Paulo: DIFEL, 1984. 4 v. p. 209-245

SOARES, Paula Elise. *As representações do camponês e do latifundiário brasileiros: trabalhadores rurais e coronéis na cultura política comunista (1922-1964)*. 2001. 258p. Dissertação (Mestrado). UFMG. Belo Horizonte, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. *Lutas & Resistências*, Londrina, v.1, p.60-75, set.2006.

\_\_\_\_\_ *A Semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-64*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

XAVIER, Wilson José. *As práticas educativas da Liga Camponesa de Sapé: memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958-64)*. 250p. Dissertação (Mestrado). UFPB. João Pessoa, 2010.

## Fontes

A LIGA. Edições de outubro de 1962 a março de 1964.



*A LIGA: RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA  
DOS TRABALHADORES RURAIS (1962-64)*

**Recebido em:** 11 de setembro de 2017

**Aceito em:** 21 de dezembro de 2017